Ano VIII
Edição 93

Setembro
2003

FENACON em

SERVIÇOS

contabilidade ◆ assessoramento ◆ perícias ◆ informações ◆ pesquisas

Microcrédito, macros juros

Política de juros altos, aliada à excessiva carga tributária sobre o setor produtivo, gera estagnação da economia, impedindo o crescimento do país e a geração de empregos. Micros e pequenas empresas são as mais afetadas

Publicação Mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas dirigida a empresários de prestação de serviços - Valor Unitário - R$ 2,50

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCAP - Acre
Pres.: Sergio Castagna
Av. Getúlio Vargas, 130, sala 205 - Centro
69900-660 - Rio Branco/AC
Tel.: (68) 223-8177/223-3452
sescapac@ibest.com.br
www.sescap-ac.org.br

SESCON - Alagoas
Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr.Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax: (82) 336-6038 / 336-3692
sesconal@matrix.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al

SESCAP - Amapá
Pres.: Aluisio Pires de Oliveira
R. Hamilton Silva, 2200, Bairro Trem
68901-140 - Macapá/AP
Telefax: (96) 222-0434
sescap_ap@uol.com.br
www.sescon-ap.org.br

SESCON - Amazonas
Pres.: Wilson Américo da Silva
R. Monsenhor Coutinho, 477 - sala 5 - Centro
69010-110 - Manaus/AM
Telefax: (92) 3087-6089 / 233-2336
sesconam@uol.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am

SESCAP - Apucarana
Pres.: Alicindo Carlos Moroti
R. Osvaldo Cruz, 359 - Centro
86800-720 - Apucarana/PR
Telefax: (43) 422-3913
aprogramacao@brturbo.com

SESCAP - Bahia
Pres.: Fernando César Passos Lopo
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573
12° andar, salas 1205/1206
Candeal de Brotas
40289.900 - Salvador/BA
Tel.: (71) 452-4082
Fax: (71) 452-9945
sesconba@terra.com.br
www.sescon-ba.com.br

SESCON - Blumenau
Pres.: Carlos Roberto Victorino
R.15 de novembro, 550 - 10º andar
salas 1009/1010
89010-901 - Blumenau/SC
Tel.: (47) 326-0236 / Fax: (47) 326-3401
sesconblumenau@flynet.com.br
www.sesconblumenau.org.br

SESCON - Caxias do Sul
Pres.: Moacir Carbonera
R. Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jd. América
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 222-7831 / 228-2425
Fax: (54) 222-7825
sescon@cic-caxias.com.br

SESCON - Ceará
Pres.: Urubatam Augusto Ribeiro
Av. Washington Soares, 1.400 - sala 401,
Edson Queiróz
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.: (85) 273-4341
Fax: (85) 273-2255
sesconce@baydenet.com.br
www.sescon-ce.org.br

SESCON - Distrito Federal
Pres.: Elizer Soares de Paula
SHC CR Quadra 504, Bloco C, Subsolo -
loja 64, Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Tel.: (61) 226-2456 / 226-1485 / 226-1269
Fax: (61) 226-1248
sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br

SESCON - Espírito Santo
Pres.: Luiz Carlos de Amorim
R. Quintino Bocaiuva, 16, sala 903
29010-903 - Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-4936 / Fax: (27) 3222-7589
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br

SESCON - Goiás
Pres. Edson Cândido Pinto
Av. Goiás, 400 - 6º andar - sala 67 - Centro
74010-010 - Goiânia/GO
Telefax: (62) 212-4477
sescongo@ih.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-go

SESCON - Grande Florianópolis
Pres.: Walter Teófilo Cruz
R. Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Centro
88010-903 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222-1409
sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br

SESCON - Londrina
Pres.: Paulo Bento
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina/PR
Telefax: (43) 3329-3473
sescon@sercomtel.com.br
www.sesconlda.org.br

SESCON - Maranhão
Pres. Gilberto Alves Ribeiro
Av. Gerônimo de Albuquerque, s/n° - sala 201
Retorno do Calhau - Casa do Trabalhador
65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (98) 236-6971
sescon.ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon

SESCON - Mato Grosso
Pres.: João dos Santos
R. São Benedito, 851 - 1º andar -
Jardim Monumento
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel.: (65) 623-1603 / Fax: 321-4831
sesconmt@terra.com.br
www.sescon-mt.org.br

SESCON - Mato Grosso do Sul
Pres.: Laércio José Jacomélli
R. Elvira Pacheco Sampaio, 681 - Jardim
Monumento
79071- 030 - Campo Grande/MS
Telefax: (67) 387.6094 / 387.5489
sesconms@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-ms

SESCON - Minas Gerais
Pres.: João Batista de Almeida
Av.Afonso Pena, 748 - 24º andar - Centro
30130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br

SESCON - Pará
Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa
Av. Presidente Vargas, 640 - 5° andar
Sala 01 - Campina
66017-000 - Belém/PA
Telefax: (91) 212-2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.sescon-pa.org.br

SESCON - Paraíba
Pres.Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
R. Rodrigues de Aquino, 267 -
3º andar - Centro
58013-030 - João Pessoa/PB
Tel.: (83) 222-9106
Fax: (83) 222-9106
sesconpb@jrcontag.jpa.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb

SESCAP - Paraná
Pres.: Valdir Pietrobon
R. Marechal Deodoro, 500 - 11º andar - Centro
80010-911- Curitiba/PR
Telefax (41) 222-8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br

SESCAP - Pernambuco
Pres.: Almir Dias de Souza
R. José Aderval Chaves, 78, salas 407/408,
Boa Viagem
51111-030 - Recife/PE
Tel.: (81) 3327-4321
Telefax: (81) 3327-6324
sescappe@vvision.com.br
www.sescappe.com.br

SESCON - Piauí
Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
Av. José dos Santos e Silva, 2090
sala 201 - Centro
64001-300 - Teresina/PI
Telefax: (86) 221-9557 / 222-6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br

SESCON - Ponta Grossa
Pres. Luiz Fernando Saffraider
R. XV de Novembro, 301 - 6° andar - salas
67 e 68 - Centro
84010-020 - Ponta Grossa/PR
Telefax: (42) 222-1096
sesconpg@uol.com.br

SESCON - Rio de Janeiro
Pres.: José Augusto de Carvalho
Av. Presidente Vargas, 542 - sala 1906 - Centro
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2233-8868
Telefax: (21) 2233-8899
sesconrj@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-rj

SESCON - Rio Grande do Norte
Pres.: Edson Oliveira da Silva
R. Segundo Wanderley, 855-B, sala 122,
Barro Vermelho
59030-050 - Natal/RN
Tel.: (84) 201-0708
sescon.rn@uol.com.br

SESCON/ Rio Grande do Sul
Pres.: Tadeu Saldanha Steimer
R. Augusto Severo, 168 - São João
90240-480 - Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3343-2090
Fax: (51) 3343-2806
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SIECONT - Rondônia
Pres.: João Aramayo da Silva
Av. Carlos Gomes, 2292 - sala 04 - São
Cristóvão
78901-200 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 3026-2531
Fax: (69) 224-1922
siecont-ro@uol.com.br

SESCON - Roraima
Pres.: Vivaldo Barbosa de Araújo Filho
R. Coronel Mota, 1848, Centro
69301-120 - Boa Vista/RR
Telefax: (95) 623-2696
vivaldo@technet.com.br

SESCON - Santa Catarina
Pres.: Vilson Wegener
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bloco B -
salas 306/308
89201-906 - Joinville/SC
Telefax: (47) 433-9849 / 433-1131
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br

SESCON - São Paulo
Pres.: Carlos José de Lima Castro
Av. Tiradentes, 960 - Luz
01102-000 - São Paulo/SP
Telefax: (11) 3328-4900
Fax: (11) 3328-4940
sesconsp@sescon.org.br
www.sescon.org.br

SESCON - Sergipe
Pres.: Wladimir Alves Torres
R. Siriri, 496 - sala 3 - 1º andar - Centro
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax: (79) 214-0722
sesconse@infonet.com.br
www.sescon-se.org.br

SESCON - Sul Fluminense
Pres. Fulvio Abrami Stagi
R. Orozimbo Leite, 14, 2º andar, Centro
27330-420 - Barra Mansa/RJ
Telefax: (24) 3322-5627 / 3323-8318
sesconsul@uol.com.br
www.sescon-sulfluminense.org.br

SESCON - Tocantins
Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo
Quadra 103 Norte (ACNO I) - conjunto 2 -
lote 10 - Centro
77013-020 - Palmas/TO
Telefax: (63) 215-5090 / 215-1596
audicon.to@terra.com.br

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.

Atualizado em 04.09.2003

FENACON
Setor Comercial Norte, Quadra 1,
Bloco F, salas 602 e 603
CEP 70711-905 - Brasília - DF
Telefax: (61) 327-0002
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

Diretoria da Fenacon 2001/2004

Presidente
Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste
Antônio Marangon

Vice-Presidente - Região Sul
Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Nordeste
José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte
Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Administrativo
Roberto Wuthstrack

Diretor Financeiro
Horizon Donizett Faria de Almeida

Diretor Institucional
Haroldo Santos Filho

Diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho
Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Eventos
José Rosenvaldo Evangelista Rios

Diretor de Tecnologia e Negócios
Nivaldo Cleto

Suplentes
José Eustáquio da Fonseca
Luiz Valdir Slompo de Lara
Anastácio Costa Mota
Maciel Breno Schiffler
Orival da Cruz
Cleodon de Brito Saraiva
Izabel Rodrigues Liipke
Carlos Alberto do Rego Correa
Leomir Antonio Minozzo
William de Paiva Motta

Conselho Fiscal

Efetivos
Jodoval Luiz dos Santos
José Carmelo Farias
Antonio José Papior

Suplentes
Irany Barroso de Oliveira Filho
Aluísio Beserra de Mendonça
Luis Carlos Freitas

Representação na CNC

Efetivos
Pedro Coelho Neto
Eliel Soares de Paula

Suplentes
José Augusto de Carvalho
Maria Elzira da Costa

Secretaria de redação
Setor Comercial Norte, Quadra 1,
Bloco F, salas 602 e 603
CEP 70711-905 - Brasília - DF
Telefax: (61) 327-0002
E-mail: revistafenacon@fenacon.org.br

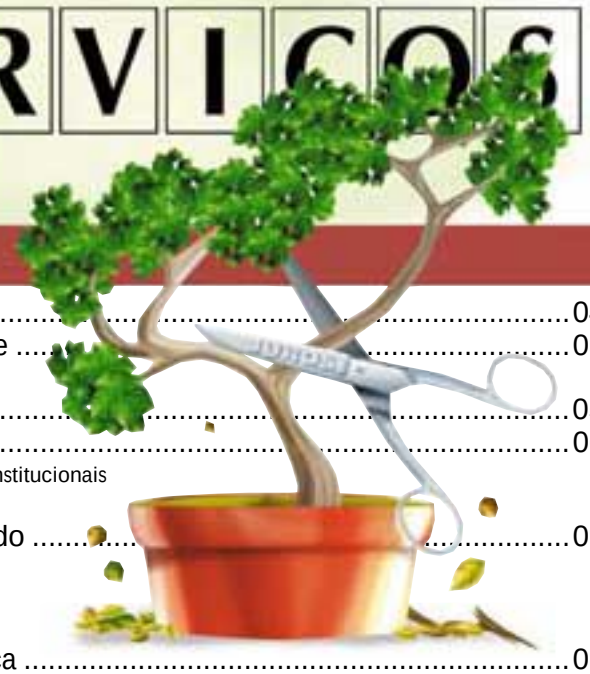
Anúncios
Tel.: (11) 3875-0308
E-mail: pedrojesus@fenacon.org.br

FENACON em

Ano VIII - Edição 93

SERVIÇOS

Setembro de 2003



índice

■ espaço do leitor 04
■ palavra do presidente 05
. Reformas e reformas
■ brasil político 05
■ reformas 06
. Fórum discute reformas constitucionais
. Fácil de enxergar
■ publicado & registrado 09
. Nas nuvens I
. Nas nuvens II
. Carga pesada
■ administração pública 09
. Contador é o novo secretário da Fazenda do Ceará
■ opinião 10
. Sucessão familiar sem brigas entre sócios e herdeiros
■ recursos humanos 12
. Felicidade e simplicidade beneficiam gestão empresarial
. Empresas comunicativas fidelizam clientes
. Organizações preparam-se para remuneração estratégica
■ microcrédito 14
. A perder de vista
■ à luz do direito 18
. Software gratuito e responsabilidade jurídica
■ tecnologia da Informação 20
. E-mail inteligente - acabe com as mensagens indesejadas
■ sindical 21
. Pantanal recebe Assembléia do Conselho de Representantes da Fenacon
■ 10ª Conescap 22
. Serviços em alta
■ eventos 23
. 18ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo
. III Congresso Internacional de Arbitragem Comercial
■ regionais 24
. Qualidade catarinense em expansão
. Mudanças no Sescap/BA
. Sescon/PG ganha sede própria
. Novo presidente no Sescon/RR
■ rápidas 25
. Governador Germano Rigotto destaca trabalho da Fenacon em convenção de contabilidade no RS
. VII Seminário Internacional do Cilea
■ desenvolvimento pessoal 26
. Educação continuada

expediente

A **REVISTA FENACON EM SERVIÇOS** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Circulação: nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, representantes dos poderes legislativos e entidades empresariais.

Auditoria de Circulação: Itecon - Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria S/C

Impressão: Prol Gráfica Editora Ltda.

Editor Responsável: André Luiz de Andrade

Direção de Arte e Diagramação: Marcelo Ventura

Conselho Editorial:
Pedro Coelho Neto
Antonio Marangon
Nivaldo Cleto
Mário Elmir Berti
Gerson Lopes Fonteles
Sérgio Approbato Machado
José Antonio de Godoy

Tiragem: 50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados

Auditoria Integral!

Gostaria de obter informações sobre Auditoria Integral. Onde posso encontrar material sobre o tema? Estou fazendo pós-graduação em Auditoria e gostaria muito de pesquisar sobre este assunto, para realizar minha monografia sobre o mesmo! Agradeço a atenção e espero respostas o mais breve possível!

Kariny Alencar
karinyalencar@yahoo.com.br

Empresas contábeis

Sou estudante do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul - UCS, do Estado do Rio Grande do Sul. Solicito a gentileza, dentro das condições possíveis, de enviarem-me qualquer material que trate do seguinte assunto: 'As empresas de serviços contábeis frente às tendências da contabilidade'. Este assunto vai ser o tema da minha monografia de conclusão de curso. Todo e qualquer material será de grande valia, pois servirá de consulta e embasamento para minha estruturação.

Rudi
rudi@escritoriowr.com.br

Portal Fenacon I

Embora este site seja voltado aos profissionais contábeis, como advogado, não posso deixar de notar todo seu brilhantismo e sua utilidade para os profissionais de Direito, notadamente, na área empresarial.

Marcelo Borba Toledo
Rio de Janeiro - RJ
marcelo@logos.srv.br

Portal Fenacon II

Prezado editor, a equipe do Site Mundo Jurídico - o melhor do Direito na Internet, os parabeniza pelo excelente trabalho desenvolvido nesta homepage. Aproveitamos a oportunidade para convidá-los a assinar o nosso livro de visitas em www.mundojuridico.adv.br.

Fabiano Pereira dos Santos
Rio de Janeiro - RJ
fpsantos@pcrj.rj.gov.br
http://www.mundojuridico.adv.br

Controle de acesso

Faço parte de uma das empresas que participaram da 'IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul (13 a 15 de agosto - Gramado)', onde foi demonstrado (palestra 'A tecnologia da informação na prática do empresário contábil', proferida pelo diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Nivaldo Cleto) diversos programas e soluções, entre eles o que gera relatório dos sites navegados e controla o acesso dos funcionários.

No site que foi indicado, para acessar, é preciso nome do usuário e senha de acesso. Gostaria de saber como faço para conseguir esses dados. O site indicado foi: www.brma.com.br.

Simone C. Mergen
CGC Contabilidade Ltda.
simone@cgccontabil.com.br

Nivaldo Cleto: Cara Simone, tente o site http://www.brc.com.br.

Custo de impressão

Parabéns pelo artigo publicado na Revista Fenacon em Serviços, edição número 92, onde o tema é 'Cuidado com o custo de impressão!'. Achamos muito oportuno este tema no atual momento, onde a principal discussão é a redução de custos, pois há dois anos orientamos nossos clientes com relação a este assunto.

Apenas como lembrança, locamos sistemas para empresas de contabilidade. Visando ajudar a difundir este conceito, gostaria de pedir sua autorização para publicar o artigo em nosso site, no seguinte link http://www.cucafresca.com.br/opiniao.htm. Temos algumas matérias bem interessantes.

Renato Lima Mancera
Gerente
renato@cucafresca.com.br

Nivaldo Cleto: Prezado Renato, obrigado pelas considerações. Está autorizada a publicação do artigo.

Erramos!

Na edição 90, de junho, página 25, da RFS - matéria sobre a primeira Assembléia do Conselho de Representantes da Fenacon, do ano, ocorrida em São Paulo -, publicamos a foto do presidente do Sescon/Sul Fluminense, Fulvio Abrami Stagi, como sendo a do presidente do Sescap/Acre, Sergio Castagna. Abaixo, republicamos as respectivas fotos, dessa vez, com as legendas corretas.

Fulvio Abrami Stagi, presidente do Sescon/Sul Fluminense

Sergio Castagna, presidente do Sescap/Acre

Fotos: Becaclick Comunicação Visual

Endereço de e-mails para esta seção: revistafenacon@fenacon.org.br
As mensagens somente serão publicadas com a devida identificação do leitor:
Nome, Endereço Completo e Telefone.
Por motivos de espaço, a redação se reserva ao direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.

palavra do presidente

Reformas e reformas

Pedro Coelho Neto

Vivemos o tempo das reformas. Reforma, já! Em discussão: Reforma Tributária, Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Sindical; sem esquecer, dentre tantas outras, a reforma das reformas, ou melhor, a reforma dos que reformam, que seria a Reforma Política. Essa ânsia por reformas é fruto das decepções a que todos nós - brasileiros e brasileiras, companheiros e companheiras - estamos sendo submetidos há vários anos. A experiência de modelos econômicos falidos ou, se preferem, que nos levam à falência.

Milhares de empresas fecharam as portas. É incalculável o número de pessoas desempregadas e subempregadas; falta alimento na mesa de mais da metade da população; sobram doentes e faltam leitos nos poucos hospitais. Os municípios, os estados e a União reclamam da falta de recursos para investir nas necessidades básicas e em obras que permitam um crescimento sustentável ao País, enfim, há uma carência generalizada. Aí só nos resta uma esperança: mudar! Mas, não, mudar por mudar.

> "Para que as reformas possam dar certo, seria preciso, antes de tudo, repensar o Estado. Redimensioná-lo, estabelecer prioridades de ações e de investimentos"

Nos preocupa a denominação que se tem dado, por exemplo, à tentativa do Governo de tirar do bolso de quem já está na pior, seus últimos trocados. Isso é o que estamos assistindo com a denominada Reforma Tributária. Cantada em verso e prosa, não passa, na prática, de uma forma de arrancar mais das exauridas empresas para distribuir com os insaciáveis órgãos do Governo, acometidos de uma fome crônica de recursos. Foi o que aconteceu com a malfadada eliminação da cumulatividade do PIS, transformada em mais um aumento da carga tributária.

Aí vem a grande dúvida. Os problemas brasileiros serão resolvidos com as reformas que estão sendo estimuladas pelo Governo??? Por acaso, como num passe de mágica, vamos ter mais investimentos, empresas mais saudáveis, mais empregos, mais saúde, mais educação, enfim, mais tudo de que necessitamos? Obviamente, não!

Para que as reformas pudessem dar certo, seria preciso, antes de tudo, repensar o Estado. Redimensioná-lo, estabelecer prioridades de ações e de investimentos. Definir o que é possível destinar aos credores sem pôr em risco a estabilidade econômica do País. É impossível, por exemplo, continuarmos destinando a maior fatia do que se arrecada dos contribuintes, pessoas físicas e pessoas jurídicas, sob os auspícios de uma legislação que mais parece um cipoal, para pagar juros da dívida interna e externa. Isso é apenas uma das formas de aplicação dos nossos mirrados recursos que precisa ser equacionada.

Mas, o que fazer? Ser simplesmente contra as reformas nos parece uma forma negativa de influir no processo. Isso em nada contribui para minimizar as nossas dificuldades. Nós temos, isto sim, como formadores de opinião, a responsabilidade de influir de modo positivo, participando ativamente das discussões e nos colocando à disposição para contribuir com idéias e com a experiência acumulada na atividade onde estamos inseridos.

Não nos é dado o direito, neste momento importante por que passa o nosso País, de aceitar tudo o que for 'imposto', passivamente. Precisamos fazer ouvir as nossas razões, pois, afinal de contas, governo não gera dinheiro, pelo contrário, governo gasta o que outros produzem. No Brasil, quase sempre, vem gastando perdulariamente.

Pedro Coelho Neto
é presidente da Fenacon
pedrocoelho@fenacon.org.br

brasil político

Ilustração: Marcelo Ventura

Fórum discute reformas constitucionais

Especialistas consideram legislação trabalhista discrepante diante da realidade econômica do país e ressaltam a importância do tratamento diferenciado para micros e pequenas empresas. Aprovação da reforma da Previdência é considerada um avanço, mas paliativa

Foto: divulgação

Nelson Mannrich: "O governo deveria rever a contribuição que ele cobra da empresa. Há países que possuem um incentivo espetacular nesse sentido"

A importância, as conseqüências na sociedade e na economia, os acordos políticos e os polêmicos pontos das reformas previdenciária e trabalhista. Estes foram os principais aspectos discutidos durante o Fórum IOB 'A Reforma da Previdência Social e a Flexibilização no Direito do Trabalho', realizado nos dias 7 e 8 de agosto, no Blue Tree Convention, na capital paulista. A flexibilização no Direito do Trabalho, cujas debates começam a ganhar corpo, foi um dos principais temas do evento.

Depois das reformas da previdência e tributária, o governo pretende avançar na reforma trabalhista, a partir de estudos elaborados pelo CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Fórum Nacional do Trabalho, implementado em diversos estados. Uma das propostas polêmicas gira em torno da liberdade sindical. O ex-ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, um dos palestrantes do Fórum, enfatizou a importância do trabalhador escolher quem melhor o represente.

"Eu creio que no momento que ele puder fazer sua opção pelo sindicato melhor organizado, ele vai deixar aqueles que estiverem fragmentados para procurar uma representação mais eficiente. Quem acredita no discernimento do trabalhador não tem medo da liberdade sindical", disse Pazzianotto, que acrescentou: "a negociação pressupõe a existência de sindicatos fortes e autônomos. Nós devemos aceitar a idéia do trabalhador passar de um sindicato para o outro, ou seja, deixar uma organização ineficiente e buscar uma eficiente. Ele não faz isso num partido político?", indagou.

A informalidade, principalmente dos trabalhadores das micros e pequenas empresas também preocupa os especialistas. Pazzianotto observou que a flexibilização ajudaria na questão do desemprego. O ex-ministro exemplificou a situação do trabalhador diante da realidade da economia brasileira. Para ele, o que interessa ao empregado é a necessidade de ter um salário, independentemente do registro em carteira.

"Naquele curto prazo, ele quer o emprego, a cesta básica, o ticket refeição, o vale-transporte, pois sabe que, se ficar doente, vai num hospital e vão ter que atendê-lo; não pode haver omissão de socorro. Então, ele depende muito mais da qualidade do serviço médico local do que propriamente do fato de ser registrado. Nós estamos pensando daqui a 30 anos. O trabalhador não sabe se vai estar aqui daqui a 30 anos, ninguém sabe. Hoje ele quer o salário dele", comentou.

Foto: divulgação

José Cechin: "Com a reforma o governo vai recolher cerca de R$ 1,1 bilhão por ano só com a cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos aposentados"

Irrealidade

Para o professor titular chefe do Departamento de Direito de Trabalho da USP (Universidade de São Paulo), Nelson Mannrich, o governo acaba punindo as empresas pequenas com excesso de burocracia, tratando-as como se fossem grandes empresas. "O governo deveria rever a contribuição que ele cobra da empresa. Há países, por exemplo, que possuem um incentivo espetacular nesse sentido. A empresa, quando registra, tem uma redução de encargos ou, no período em que o empregado ficou sem registro, então, há um aumento daquela carga, exatamente para incentivar o registro do trabalhador".

"Não adianta você tornar as regras mais minuciosas e mais rigorosas se não há mercado, se a atividade econômica está em baixa", disse Pazzianoto. "Como um país com 180 milhões de habitantes, com 50% da mão-de-obra na informalidade, gera repentinamente emprego para esses 50% e mais para 2 milhões chegando no mercado? Quanto custaria isso, já que cada emprego custa dinheiro? Nós estamos diante de um problema concreto tentando resolver com a lei", completou.

Partidário

As discussões sobre a reforma da Previdência foram abertas pelo ex-ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin, que estacou a vitória do governo e de aliados na aprovação da maioria dos destaques, em primeiro turno, na Câmara. "Eu acho que é uma demonstração de capacidade de aglutinação de forças e em particular de conseguir o apoio das oposições. Sem o PSDB e o PFL o governo não teria alcançado os votos necessários, o que mostra a maturidade das oposições", disse.

Cechin ainda destacou a importância da vitória técnica sobre a política. “As mudanças feitas no sistema previdenciário vão sobreviver muito mais do que o ganho político. Essas mudanças afetarão e estão afetando todos os servidores públicos atuais e futuros”, completou.

O advogado especialista em direito previdenciário, Wladimir Novaes Martinez, também salientou a importância dos aspectos técnicos na reforma. “Eu entendo até que não deveria ficar nas mãos dos parlamentares, dos políticos, porque eles têm outros valores. Às vezes há um compromisso político, um compromisso partidário, eleitoral. Até defendi a tese, apresentada ao ministro Ricardo Berzoini, de que as reformas deveriam ser por lei delegada, para prevalecer o lado técnico”, disse Martinez.

Buraco sem fundo

Mas qual seria a reforma ideal para o país? Segundo os especialistas, não há uma reforma cem por cento eficaz e que agrade a todos, já que a expectativa de vida do brasileiro vem crescendo a cada ano. “Eu penso que não resolvemos o problema da previdência e também não poderíamos resolver. Nós estamos numa reforma permanente, porque o mundo está em transformação permanente”, disse Martinez.

Foto: divulgação

Almir Pazzianotto: “Não adianta você tornar as regras mais minuciosas e mais rigorosas se não há mercado, se a atividade econômica está em baixa”

O ex-ministro Cechin defende uma previdência equilibrada, com transição de regras novas para quem fosse servidor, “de modo que quanto mais perto da aposentadoria, menor o adicional e quanto mais longe da aposentadoria, maior o adicional, ou seja, uma repartição de custos da transição proporcional ao tempo que a pessoa já tem de serviço público”.

Segundo dados do próprio Governo Federal, o déficit previdenciário apenas da União, em 2003, deve chegar a R$ 23 bilhões. “Com a reforma o governo vai recolher cerca de R$ 1,1 bilhão por ano só com a cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos aposentados”, disse Cechin. Hoje, isentos, eles passarão a pagar 11% de contribuição, o mesmo que pagam os servidores da ativa.

Inativos

Um dos pontos mais polêmicos da reforma, a contribuição de inativos, segundo defendeu o governo, é necessária para equilibrar o sistema. Sem ela, o servidor acaba ganhando mais quando se aposenta, já que recebe o salário integral da ativa, sem o desconto de 11% que tinha. Diante disso, houve protestos dos servidores, que alegaram inconstitucionalidade, pois, como contribuem sobre o salário integral para suas aposentadorias, teriam, portanto, o direito adquirido de receber o benefício integral.

Para os que estão na informalidade, o governo pretende, ao final da aprovação da reforma, editar uma lei complementar para tentar incluir cerca de 40 milhões de pessoas hoje fora do sistema previdenciário. “Se você propiciar o regime de uma contribuição baixa para custear só os benefícios por incapacidade de auxílio doença, vai atrair essa população da informalidade para a previdência. Segundo os matemáticos, uma alíquota de 6% é o suficiente”, disse Martinez.

Foto: divulgação

Wladimir Novaes Martinez, ao lado do ex-ministro, José Cechin: “Nós estamos numa reforma permanente, porque o mundo está em transformação permanente”

Domínio

Fácil de enxergar

Fenacon divulga nota oficial, criticando o projeto de Reforma Tributária, em tramitação no Congresso, e veicula outdoors, alertando para o aumento de impostos e o desemprego

Governos nem sempre são bons ouvintes. Muitas vezes, do alto do pedestal do poder, não são capazes de ouvir, logo, de dialogar com todas as esferas da sociedade. 'Já sabem o que deve ser feito'. Mas, se esse for o problema, a Fenacon vai da uma ajuda e apelar para um outro sentido: o da visão. Na luta por um sistema tributário justo, amplo e que respeite a realidade das micros e pequenas empresas, as grandes geradoras de empregos do país, serão veiculados 20 outdoors (reprodução nesta página), durante todo o mês de setembro, em locais de destaque, em Brasília.

O objetivo é mostrar para a sociedade e a classe política, de forma simples e direta, mas também impactante - características desse tipo de linguagem visual -, a insatisfação com os rumos 'ou desvios' da reforma tributária. A campanha irá abranger, ainda, um front-light (tipo de painel luminoso), na entrada do aeroporto de Brasília, e os veículos impresso e eletrônicos da Fenacon (revista, press clipping e portal). Para reforçar o alerta, a Fenacon também emitiu nota, no dia 28 de agosto, enviada à imprensa, parlamentares, autoridades do Executivo e entidades representativas do setor produtivo.

O texto, assinado pelo presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, chama a atenção para a necessidade da adoção de um sistema tributário transparente e simplificado no lugar de um modelo que privilegia a excessiva carga de impostos, taxas e contribuições. Apenas dessa forma, defende a entidade, em nome das empresas representadas, será possível promover o crescimento econômico e a paz social. Veja, abaixo, a íntegra da nota.

Perigo!

No momento em que a Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados frustra as esperanças da sociedade brasileira, aprovando um novo modelo tributário que despreza o contribuinte e hostiliza o setor produtivo do país, a Fenacon, cumprindo seu legítimo papel institucional, vem de público expressar o pensamento dos seus representados:

- O sistema tributário que a nação continua reclamando deveria ser: transparente, menos pródigo em quantidade de impostos, contribuições e taxas, além de simplificado em sua aplicação;
- Diferentemente do que está sendo aprovado, a nação precisa de um sistema que seja: indutor de crescimento econômico e da paz social e não apenas - como transparece no modelo questionado - mero agente da voracidade fiscal de governantes insensíveis ao contínuo aumento da carga tributária;
- Urge que se faça justiça às micro e pequenas empresas do setor de serviços, determinando o fim da sua odiosa exclusão dos mecanismos de apoio e simplificação tributária, como o Simples;
- É imprescindível, por outro lado, reconhecer o contribuinte como sujeito de direitos e não somente de obrigações, assegurando-lhe plenamente o exercício da cidadania;
- Finalmente, a nação carece de um instrumento cuja aplicação se constitua em fator de justiça tributária, colocando o poder público no seu devido lugar de servidor da sociedade e não como seu único senhor.

Institucional

Nas nuvens I

No mesmo dia em que teve seu nome lançado oficialmente como candidato ao Prêmio Nobel [18/08], o economista Celso Furtado, aliado histórico de Luiz Inácio Lula da Silva, criticou pela primeira vez a política de juros altos do governo. Apesar de reconhecer que Lula assumiu o Brasil num contexto internacional adverso, o ex-ministro do Planejamento e da Cultura classificou como aberração o nível dos juros no país. Afirmou que não adotaria a mesma política e que jamais imaginou que a equipe econômica seria tão conservadora.

"Se uma economia tem crescimento de produtividade e de PIB per capita de 5%, os juros não podem ser maiores que 5%. Hoje em dia, o Brasil tem crescimento de 2% e juros de 20%. É uma aberração, uma distorção do sistema financeiro, uma tirania do sistema financeiro internacional, que decorre dos grandes países que controlam o sistema e se beneficiam disso", disse Furtado, para completar minutos depois: "Eu não imaginava que eles (equipe econômica) iriam tão longe no conservadorismo" (...).

O Globo - 19/08/03

Nas nuvens II

Os juros ainda elevados no primeiro semestre compensaram amplamente as eventuais perdas com a queda do dólar e a retração do crédito e garantiram mais uma vez o bom resultado dos bancos. O balanço consolidado de 17 bancos que já divulgaram os resultados do primeiro semestre, entre os quais estão praticamente todos os grandes do mercado - Banco do Brasil (BB), Bradesco, Itaú, Unibanco, ABN AMRO, Banespa, Nossa Caixa e HSBC - mostra um aumento médio próximo de 12% do lucro líquido, de R$ 5,5 bilhões no primeiro semestre de 2002 para R$ 6,2 bilhões, calculou a consultoria Austin Asis. O retorno médio sobre o patrimônio líquido subiu de 19,8% no primeiro semestre de 2002 para 22,1% agora (...).

Valor Econômico - 15/08/03

Carga pesada

Empresas prestadoras de serviço vão começar a receber este mês a conta da polêmica Medida Provisória 107, convertida na Lei 10.684, a mesma que instituiu o Refis II. O aumento de 166,67% na Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL previsto na norma, entra em vigor a partir de hoje, primeiro de setembro, depois dos noventa dias de sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os aumentos não param por aí. A mesma medida provisória convertida em lei também estabeleceu aumento de 3% para 4% na alíquota da Cofins recolhida pelas instituições financeiras.

A aprovação das novas alíquotas foi feita no início das discussões pelo governo da reforma tributária. E elas começam a vigorar justamente no momento em que a proposta do governo inicia sua fase decisiva no Congresso Nacional, apesar do temor generalizado de que as mudanças vão implicar em aumento de impostos. Mais uma vez, o contribuinte corre o risco de pagar a conta (...).

Diário do Comércio - 1º/09/03

Contador é o novo secretário da Fazenda do Ceará

Cada vez mais, profissionais da área contábil vêm atingindo posições de relevo em cargos da administração pública, principalmente em áreas que demandam conhecimento técnico e experiência específicas para as pastas. É caso do contador, professor, administrador e auditor independente, José Maria Martins Mendes, que tomou posse como secretário da Fazenda do Estado do Ceará, no dia 4 de outubro. O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, prestigiou a solenidade de posse.

Mendes foi presidente do CRC-CE, exerceu cargos de secretário de Estado e Assessor Especial nos governos César Cals, Adauto Bezerra, Virgílio Távora e Tasso Jereissati. Ocupou ainda, entre outros cargos, a secretaria de Finanças do município de Fortaleza (1997 a 1998), e as presidências do CFC (1994 a 1997) e da Fundação Brasileira de Contabilidade - FBC (1998 a 1999). Atualmente, é membro do Instituto Cearense de Estudos Tributários e vice-presidente do Comitê de Integração Latino-Europa-América (Cilea) para assuntos econômicos, fiscais e tributários.

José Maria Martins Mendes, empossado pelo governador Lúcio Alcântara, assume o lugar de Paulo Fontenele, que pediu exoneração, alegando motivos pessoais. A transmissão de cargo foi no Palácio de Iracema. Na mesma cerimônia, também houve a troca do titular da Secretaria de Turismo do Estado. Allan Pires de Aguiar passou a ocupar a pasta de Roberto Meira.

Sucessão familiar sem brigas entre sócios e herdeiros

Raul Corrêa da Silva

Discutir sucessão familiar foi um tabu que vigorou por muitos anos. Patriarcas do passado e sem visão empresarial consideravam o assunto uma invasão de privacidade, ofensa ou intromissão indevida dos candidatos à herança. Com a evolução das empresas familiares, as precauções nessa seara ganham seriedade e profissionalismo, pois se furtar a planejar a sucessão pode significar o fim da empresa e da renda de todo um corpo social que também desaparece.

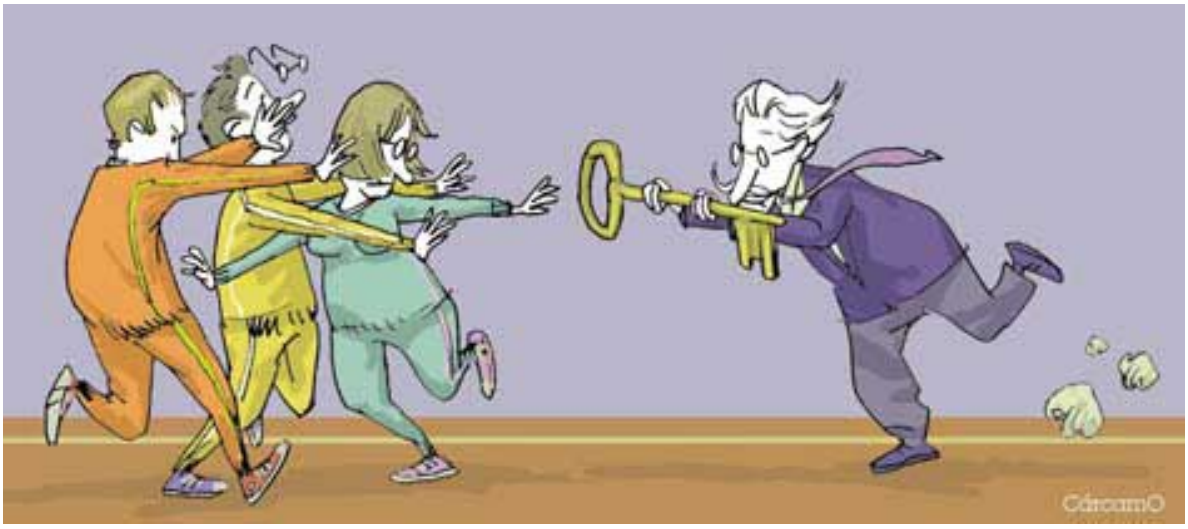
No entanto, ainda hoje, diversas companhias enfrentam problemas judiciais ou chegam à dissolução, em virtude de disputas societárias originadas por desentendimentos familiares. Isso é bastante comum com relação a ex-cônjuges e herdeiros ou mesmo quando o familiar que dirige a empresa deixa o cargo - seja por aposentadoria ou falecimento.

Problemas com sucessão são sempre freqüentes devido à falta ou mau assessoramento empresarial e jurídico recebido durante o nascimento e desenvolvimento da corporação. Também, pela total falta de conhecimento sobre questões societárias ou simplesmente pela inexperiência administrativa.

Situações como essas não podem existir em companhias que pretendam se solidificar no mercado por mais de uma geração e devem ser evitadas já na fundação da empresa. Quando o tema é deixado para ser tratado apenas no momento da consumação da sucessão, o resultado é desastroso. A experiência mostra que, na maioria dos casos, já se cria uma pré-disposição para o confronto antes do seu início.

> "Se furtar a planejar a sucessão pode significar o fim da empresa e da renda de todo um corpo social que também desaparece"

Existem bons mecanismos para evitar esses problemas e ainda proteger, preservar e fortalecer o patrimônio de uma companhia. Um deles passa por uma reestruturação societária e por um planejamento sucessório empresarial.



Conhecimentos sobre tributação de heranças, doações e Imposto de Renda incidente sobre os patrimônios também são muito importantes para companhias que já se estabeleceram no mercado, como também para as que estejam sendo abertas. Os gestores de empresas familiares que desejem se preservar - no presente e no futuro - desse tipo de contratempo devem iniciar suas ações atentando principalmente para os pontos abaixo elencados:

1) Estatuto Social

Tudo nasce na constituição de uma empresa e na definição de seu estatuto. É importante nomear no contrato social os sucessores herdeiros, administradores, diretores etc., que estiverem técnica e profissionalmente aptos a exercerem cargos de comando da companhia.

A medida elimina divergências na hipótese de uma saída abrupta de algum dirigente - seja por motivo voluntário ou por força maior. Porém, é importante conhecer os limites e, por vezes, respeitar as vontades dos herdeiros. É necessário saber se os herdeiros têm ou não capacitação para assumir cargos.

2) Profissionalização

Outro aspecto importante é a profissionalização da empresa, elegendo

técnicos para ocuparem cargos estratégicos e de confiança. Adequar um herdeiro à empresa nem sempre é possível, embora não deixe de ser viável. Todavia, o oposto costuma ser desastroso. Nesses casos, aconselha-se a contratação de técnicos gabaritados para assumir os cargos que a empresa necessite.

É fundamental neste momento um investimento importante: a busca no mercado de uma consultoria especializada em gestão sucessória, pois é comum empresas antigas, que passam de pai para filho, se depararem com situações para as quais não estão preparadas. É nesse momento que a assessoria de profissional especializado faz a diferença.

3) Proteção do patrimônio

É preciso olhar sempre adiante. Para proteger o patrimônio familiar é possível se criar uma holding para gerir os negócios. Neste momento, o dono dos negócios será a holding. Com isso, poderá ser definida a participação de cada sucessor e sua função no Capital Social, no caso de saída dos atuais dirigentes.

> "O pior dos pecados que um empresário comete é concentrar em si próprio todo o controle ou todas as informações vitais ao negócio"

4) Centralização de informações

O pior dos pecados que um empresário geralmente comete é concentrar em si próprio todo o controle ou todas as informações vitais ao negócio. Deve-se descentralizar as informações e conhecimentos técnicos da companhia, para que, na ausência destas pessoas, o negócio possa continuar fluindo e a própria empresa não seja colocada em risco.

O correto é que companhias que estejam iniciando suas atividades procurem consultores empresariais, com os quatro tópicos citados, em mente, e se precavenham para que, já na abertura da empresa, a sua longevidade esteja garantida.

Às empresas já existentes, é sugerido que procurem os profissionais que as atendem e peçam orientações para as mudanças necessárias. Assim, a sua existência por mais de três gerações estará garantida.

Raul Corrêa da Silva é bacharel em contabilidade, advogado, administrador de empresas, pós-graduado em administração contábil e financeira e diretor da RCS Consultores

Mastermaq

Felicidade e simplicidade beneficiam gestão empresarial

Em um mundo dominado pela tecnologia, congresso sobre gestão de pessoas discute valores e competências humanas que, cada vez mais, farão a diferença nas relações empresa-cliente

Por Márcia Rodrigues

O escritor libanês Kahlil Gibran ao longo de sua carreira apontou a simplicidade como o último degrau da sabedoria. Este ensinamento, plantado no período de 1883 a 1931, vem dando, hoje, bons frutos para as empresas que estão investindo no aprimoramento e simplificação operacional de sua gestão. A metodologia vem sendo defendida por grandes gestores e foi o tema de debates do Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas - Conarh 2003, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH. O evento aconteceu de 12 a 15 de agosto, em São Paulo.

Para a maioria dos gestores, a simplicidade, acompanhada da felicidade plena e da ética profissional, é a mais eficiente ferramenta de gestão. Segundo Alexandre Randon, diretor vice-presidente da Randon Participações, a gestão simplificada é baseada na naturalidade das ações do dirigente da empresa e voltada para a interação das equipes em busca de resultados. "Os líderes dessa nova tendência administrativa são muito intuitivos, focam suas ações na simplificação de problemas, assumem riscos e centralizam decisões", diz.

Embora pareça simples, alerta Randon, implantar um sistema de gestão desse tipo requer muito trabalho e adaptação às novas tendências de mercado. Uma das dicas do executivo, que expôs o tema 'Gestão baseada na simplicidade', é a diminuição de níveis hierárquicos e a criação de programas de relacionamento. "Na Randon, por exemplo, nós fazemos os funcionários se sentirem parte da mesma família e que o sucesso da empresa depende praticamente deles", comentou.

Randon acentua algumas características de um líder simples, tais como: não ser 'o dono da verdade', explorar todo o conhecimento de seus funcionários em benefício da corporação, identificar oportunidades e, principalmente, saber motivar sua equipe num momento ruim. "Esse líder valoriza um bom planejamento, mas prefere quando as coisas são realmente colocadas em prática, por isso tem o hábito de centralizar muito as ações, mas não deixa de valorizar sua equipe e ser fiel a ela", contou.

Foto: divulgação

Alexandre Randon: "Os líderes dessa nova tendência administrativa são muito intuitivos, focam suas ações na simplificação de problemas"

Mas, como todo estilo de gestão, a simplicidade tem seus pontos fortes, fracos e riscos. Pelo lado do subordinado, trabalhar com chefes com este perfil, segundo o executivo, exige adaptações para se sobreviver aos curtos circuitos e, ainda, ao abandono de abordagens mais conceituais em prol de outras mais pragmáticas. E, o mais importante, é preciso lidar com a frustração da centralização, estar preparado para perder uma discussão e ser capaz de continuar brigando por seus pontos de vista.

Foto: divulgação

Pedro Mandelli: "Se a empresa fizer uma má estratégia, tudo será implantado de forma errada"

A holding Randon Participações S.A. é a controladora de sete empresas operacionais. O conglomerado da área automotiva respondeu por um faturamento de US$ 377 milhões em 2002, sendo 13,6% relativos a vendas para o mercado externo. No ano passado, foram distribuídos aos funcionários R$ 7,6 milhões como participação nos resultados. A Randon Implementos recebeu, em 2002, entre outros prêmios, o TOP Ser Humano/RS e, juntamente com a Fras-le, foi destaque no guia '100 Melhores Empresas Para Você Trabalhar'. O grupo reúne um quadro de cerca de cinco mil funcionários.

Preparando o terreno

Antes da adoção de um novo modelo gerencial, Pedro Mandelli, consultor na área de mudança organizacional e diretor da Mandelli Consultores Associados, sugere uma avaliação, tanto da gestão econômica, como financeira da empresa, além de um levantamento da tecnologia e

dos processos que agem como interventores operacionais, para que haja uma reformulação organizacional.

"É preciso muita atenção neste processo porque, se a empresa fizer uma má estratégia, tudo será implantado de forma errada", alerta Mandelli, que abordou o tema 'RH: Quanto menor, melhor?'. Uma dica importante do consultor é a projeção que todas as empresas devem fazer a cada ano para os próximos cinco anos de atividade. Esta análise envolve a avaliação das partes do processo operacional que serão comandadas por parceiros e por funcionários.

Diálogo e compreensão

Mas, de todas as fórmulas que tornam uma empresa mais competitiva e contagiam o ambiente de trabalho de dedicação e determinação operacional, a maior é a felicidade. "É preciso transformar o local de trabalho em um espaço de realização humana, porque sem felicidade as pessoas não evidenciam a sua real potencialidade, não são leais ao ideal da empresa e nem transparentes", comenta o filósofo, escritor e economista Eduardo Giannetti, que falou sobre 'Felicidade - competência essencial'.

Foto: divulgação

Eduardo Giannetti: "Sem felicidade as pessoas não evidenciam a sua real potencialidade, não são leais ao ideal da empresa e nem transparentes"

Gianetti alerta que, muitas vezes, em uma empresa, o diálogo e a compreensão humana são mais importantes do que a lógica. A mais curiosa constatação do estudioso é que ser feliz não está relacionado à renda familiar ou ao status social do ser humano, mas ao diálogo interior travado diariamente com sua consciência. Prova disso é o otimismo da população brasileira, admirada até pelos povos mais conservadores, com renda per capita muito superior, mas que sofrem de forma mais elevada com problemas como depressão, insônia e outros males. "A felicidade humana se dá na confluência das duas dimensões e o peso relativo delas é que varia de cultura pra cultura", comentou.

Organizações preparam-se para remuneração estratégica

Estudo da Deloitte Touche Tohmatsu realizado com 132 empresas com faturamento anual acima de US$ 16 milhões, sendo 57% de São Paulo, 23% do Rio de Janeiro e 20% da Região Sul (9% de pequeno, 34% de médio e 57% de grande porte), apontou que as companhias estão adotando uma nova metodologia de remuneração, abandonando definitivamente os sistemas dogmáticos baseados em cargos e salários fixos. Nada menos do que 61% das entrevistadas informaram que estão estudando aprimorar ou implantar novas formas de remuneração para manter a competitividade da força de trabalho.

O destaque ficou por conta da adoção de remuneração mista para 56% dos cargos executivos, 64% da gerência, 56% das funções de nível superior, 45% dos cargos administrativos e 39% pelos cargos operacionais. Este sistema combina o pagamento de salários de acordo com a função e o crescimento salarial ocorre pela aquisição de novas habilidades e competências à frente de suas atividades.

Outra surpresa do estudo foi a preferência, por parte das empresas, na adoção de sistema de remuneração variável, como o pagamento de bônus e prêmios por objetivos atingidos. Esta forma de pagamento é praticada pela maioria das empresas: 64% concedem a participação nos resultados e 55% ainda concedem bônus para seus gerentes.

Empresas 'comunicativas' fidelizam clientes

Implantar um projeto de comunicação nas empresas, seja qual for o porte da organização, segmento de mercado ou investimento, é a diferença entre fidelizar um cliente ou ter um cliente esporádico, que dali a algum tempo vai preterir o produto ou o serviço por outro que julgar conveniente. Muitos diretores e CEOs de empresas acreditam apenas que fatores como preço, promoção, ponto de venda e produto - os chamados 4Ps - é que determinam o interesse ou a motivação de compra de seus consumidores. Na verdade, além desses elementos clássicos, existe uma carência muito grande no processo de sustentação desses elementos.

"Na maioria das vezes, não é o melhor preço ou ter o melhor produto ou serviço, o gasto mais elevado em propagandas e promoções que vai destacar a empresa no mercado. Não basta apenas você conquistar o cliente naquele momento de compra. A empresa precisa manter um clima de bem-estar entre ela e seus consumidores e clientes e este suporte só um plano de comunicação eficaz pode fornecer", comenta o relações públicas, Marcus Vinícius de Jesus Bonfim, especialista em Gestão de Processos Comunicacionais pela ECA-USP.

Um ponto importante a ser observado é que a mudança deve começar em casa. Segundo Bonfim, a comunicação interna é muito importante para que os funcionários acreditem ser parte real e concreta do plano de negócios da empresa porque são eles, na maioria das vezes, os primeiros clientes e consumidores de seus produtos. "Um funcionário devidamente envolvido no clima de negócios da instituição é tão ou mais eficaz que uma propaganda comercial em horário nobre na televisão", alerta o gestor.

A perder de vista

Essenciais para a expansão e modernização do setor produtivo, aquisição de bens de capital ou mesmo para obtenção de capital de giro, o microcrédito, no Brasil, torna-se uma 'necessidade de alto risco', devido às elevadas taxas de juros. Estagnação da economia e desemprego são algumas das conseqüências

Por Fernando Olivan

Ilustração: Marcelo Ventura

Conseguir crédito para montar um negócio ou mesmo expandi-lo é, ainda, uma tarefa árdua para a maioria das empresas, principalmente as micros e pequenas. Com a desconfiança das instituições financeiras devido ao alto risco de inadimplência, os juros são elevados ao limite do impossível para quem não tem um mínimo de verba sequer para, por exemplo, obter capital de giro ou informatizar a empresa.

Em junho, até o vice-presidente da República, José Alencar, criticou as altas taxas, dizendo que, no Brasil, "os juros são um assalto". Ele, que é dono da Coteminas, uma grande exportadora de produtos têxteis, sabe do que está falando, pois a elevada carga afeta também as vendas para o exterior. Imagine, então, o efeito desta política econômica sobre as microempresas. Uma pequena empresa de tecelagem, por exemplo, com produtos de boa qualidade, como poderia exportar seus tecidos, com preços competitivos?

Foto: Sérgio de Paula

Nivaldo Cleto: "Não podemos esquecer também que o Brasil é detentor do título de maior carga tributária do planeta"

Para o empresário contábil e diretor de tecnologia da Fenacon, Nivaldo Cleto, as taxas de juros inibem o lucro das empresas. "A obtenção do crédito é fundamental para o crescimento das empresas e nos dias de hoje existe uma competitividade global, portanto quando as taxas de juros praticadas no Brasil chegam a ser entre dez a quinze vezes maior que as praticadas nos países desenvolvidos, como pode sobreviver o pequeno empresário? Quem consegue manter a lucratividade nesse cenário pode ser considerado um mágico ou um herói. Não podemos esquecer também que o Brasil é detentor do título de maior carga tributária do planeta", disse Cleto.

Após o coro de reclamações que tomou o país contra os juros extorsivos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, no mês de julho, um pacote de microcrédito de R$ 2,95 bilhões. O valor surpreende, mas os empréstimos, que variam de R$ 500 a R$ 1.000, com taxas de, no máximo, 2% ao mês são irrisórios. Uma empresa de serviços que pretende ampliar o número de funcionários não conseguirá sequer comprar mais um computador para um novo empregado.

As altas taxas de juros praticadas pelo mercado sufocam, portanto, o crescimento da economia e consequentemente, dificultam a geração de empregos. A empresa não consegue (ou não pode) obter um crédito que seja significativo para expandir o negócio e contratar mais mão-de-obra, onerando a produção e ficando para trás no mercado.

Risco Brasil

Mas, por que as taxas são tão altas no Brasil? Segundo o economista e pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP), Gerson Daniel da Silva, o 'Risco Brasil' ainda é um dos fatores preponderantes na manutenção de juros elevados. "É uma questão estratégica. Se você tem o risco baixo, paga pouco, embora não necessariamente tenha uma saúde financeira muito boa. Por exemplo, os EUA estão extremamente endividados, uma das maiores dívidas internas do mundo e os juros deles são baixíssimos. Por quê? Ninguém acredita que os EUA vão quebrar. Se eles quebrarem, o resto do mundo quebra junto. Isso permite que os juros deles sejam baixos", explica.

A política de juros altos é um dos principais fatores da estagnação da economia brasileira, confirma o pro-

fessor de administração da Universidade Mackenzie e diretor da DPA Consultoria, Edgar J.C. Menezes. “Mas há outros fatores, entre eles, um que considero importante e tem origens culturais. Por um lado, trata-se da falta de interesse do empreendedor pela obtenção de crédito através da abertura do capital de sua empresa. Por outro lado, falta a confiança do investidor em conceder crédito ao empresário brasileiro”, completa.

Mas até quando o Brasil agüentará taxas tão altas? E quais seriam as conseqüências de uma queda significativa? Muitos apostam na diminuição ‘suave’ dos juros, aos poucos. Outros ainda vêem essa possibilidade com pessimismo, pois, mesmo que a queda se concretize, a inconstante política econômica brasileira não permite que a confiança da sociedade e do empresariado se mantenha positiva por muito tempo. “Haveria o risco de termos uma bolha enorme de consumo. O que faz a taxa de juro segurar a inflação? Ela segura a inflação, porque restringe crédito, pura e simplesmente”, explica Gerson Silva.

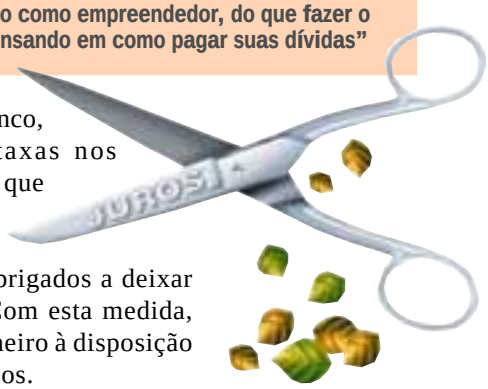
Garantias

Além das altas taxas, há a questão da burocracia e de outros tributos embutidos no empréstimo. “Alguém pega um empréstimo, o banco cobra 4%, incluindo taxas diversas que já sobem para 6%, o banco pede uma reciprocidade - ‘eu empresto o dinheiro mas você tem que comprar um plano de aplicação’-, exige uma garantia. Para empresa pequena, há casos em que o banco já chegou a pedir cópia da escritura da casa do dono da empresa como garantia”, diz Gerson Silva.

Foto: Alex Salim

Edgar Menezes: “O empresário deve lembrar que é melhor passar algumas noites em claro preparando seu projeto como empreendedor, do que fazer o mesmo pensando em como pagar suas dívidas”

Na segunda semana de agosto, os três maiores bancos privados, Bradesco, Itaú e Unibanco, anunciaram a redução das taxas nos empréstimos a empresas, depois que o Banco Central reduziu o recolhimento compulsório, que é o dinheiro que os bancos são obrigados a deixar no Bacen, de 60% para 45%. Com esta medida, os bancos passam a ter mais dinheiro à disposição e podem destiná-lo a empréstimos.



Alterdata

Endividamento consciente

Mas que tipo de saída o pequeno empresário ou o futuro empreendedor pode ter para obter capital? Para Menezes é importante procurar assessorias que preparem um projeto detalhado e objetivo para a expansão do empreendimento. "Cuidar de assessorar-se com especialistas como o contador da empresa, um gerente de banco de sua confiança, um consultor ou professor de administração que possa orientá-lo assim como participar das negociações, buscando concepções de financiamento que sirvam como estímulo e não como freio para seu desenvolvimento", disse.

Foto: Alex Salim

Gerson Silva: "O que faz a taxa de juro segurar a inflação? Ela segura a inflação, porque restringe crédito, pura e simplesmente"

Nivaldo Cleto recomenda que se procure uma instituição financeira séria que ofereça credibilidade e segurança. "Faça as contas para ter certeza que poderá honrar com o compromisso assumido, procure rever os seus custos, enxugar ao máximo as despesas para que, com os novos recursos, você possa aumentar a lucratividade e até mesmo sair da ciranda financeira onde as taxas de juros extorsivas impossibilitam o crescimento dos negócios", alerta.

Ambiente recessivo

"As pequenas empresas estão passando por sérias dificuldades", afirma Menezes, que completa: "A maioria delas está aceitando a idéia de endividamento como um mal necessário, na expectativa de que o governo depois conceda Refis, perdões de dívidas, refinanciamento, entre outras medidas bem conhecidas. O empresário deve lembrar que é melhor passar algumas noites em claro preparando seu projeto como empreendedor, do que fazer o mesmo pensando em como pagar suas dívidas. Nada é fácil de conseguir, muito menos no mundo dos negócios, mas o brasileiro é criativo, alegre e tem espírito empreendedor. Estes ingredientes podem ajudá-lo muito se aliados ao apoio de especialistas para alavancar os seus negócios", disse.

Diante de todas as opções de crédito no mercado e das mais diversas taxas, a dica é mesmo procurar a que melhor apresenta vantagens para o pequeno empresário e que não inverta a principal motivação de se conseguir um empréstimo, que é de expandir a empresa e gerar empregos, um 'espetáculo do crescimento' que cada empresário pode e quer fazer, mas que, para isso, precisa, muitas vezes, de uma mão divina já que a mão do governo parece que está sempre enfaixada.

Os principais pontos das novas linhas de microcrédito

- R$ 1,1 bilhão é quanto o governo espera que os bancos destinem para as operações de microcrédito;
- Os bancos terão de destinar 2% dos depósitos à vista (dinheiro em conta corrente) para as operações de microcrédito;
- As instituições que não quiserem realizar os empréstimos poderão repassar o crédito a outros bancos interessados. Do contrário, o dinheiro ficará parado no Banco Central sem remuneração;
- Os juros cobrados serão de no máximo 2% ao mês;
- O prazo mínimo das operações será de quatro meses, sem limite de prazo máximo;
- Serão dois tipos de linha. Uma para pessoas físicas, para empréstimos de até R$ 500, sem necessidade de informar a finalidade dos recursos. A outra será para microempreendedores. O dinheiro terá de ser destinado para o negócio do microempresário. Os empréstimos serão de até R$ 1.000;
- O público alvo dos empréstimos, no caso das pessoas físicas, serão aqueles que tiverem contas especiais simplificadas (movimentadas apenas com cartão magnético), contas correntes ou poupanças com saldo médio de até R$ 1.000 ou os beneficiados por qualquer programa social do governo;
- Não será exigida comprovação de renda dos interessados, mas os bancos poderão adotar os controles de risco que desejarem. Não deverão ser exigidas garantias;

Fonte: Ministério da Fazenda e Banco Central

Exactus

Software gratuito e responsabilidade jurídica

Por Danielly Coutho e Natalia Paim

Ilustração: Marcelo Ventura

Uma nova modalidade de softwares vem surgindo com grande força no mercado de tecnologia. São os chamados softwares livres e/ou gratuitos. Segundo o Mestrando em Ciência da Computação, Christian Reis, podemos entender por software livre todo aquele que "é fornecido, acompanhado de código fonte e que pode ser livremente modificado e redistribuído".

Outra definição interessante de software livre foi criada pela Free Software Foundation (dedicada à eliminação de restrições sobre a cópia, redistribuição, entendimento e modificação de softwares), que entende que software livre é uma questão de liberdade, não de preço. Segundo seus idealizadores, para entender este conceito, deve-se pensar em liberdade de expressão.

De acordo com a Free Software Foundation, um programa é software livre se os usuários possuem todos os tipos de liberdade. São elas:

- A liberdade de executar o programa para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades (o acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade);
- A liberdade de redistribuir cópias, de modo que você possa ajudar ao seu próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (o acesso ao código-fonte também é um pré-requisito para esta liberdade).

Surge, então, uma grande questão de importância prática: estaria tal tipo de software, quando disponibilizado gratuitamente, sujeito às regras do Código de Defesa do Consumidor?

Do texto acima, podemos perceber duas situações: uma em que se verifica o pagamento pela aquisição do software, o que, per si, seria o espírito do software livre; uma outra em que o bem imaterial é oferecido gratuitamente e, por isso, denominado software gratuito.

> "A proteção conferida ao software é a mesma designada às obras literárias, protegidas por direitos autorais"

Nossa proposta será analisar a responsabilidade do fornecedor ou licenciante de software gratuito. Antes, devemos nos ater a algumas definições:

1) Freeware

A expressão freeware sugere a idéia de que o software é grátis, como revela a própria tradução imediata: 'software gratuito'. Desenvolvedores de freeware não impõem limitação nenhuma ao uso de seus programas. O contrato de licença de uso normalmente obriga o usuário a se comprometer apenas em não redistribuir o programa sob pagamento ou tentar modificar o programa para que ele seja lançado no mercado como produto novo.

2) Shareware

O termo shareware indica que o software pode ser redistribuído de forma livre, mas cujo uso gratuito é limitado pelo tempo e por um contrato de licença que obriga o usuário a pagar após um período de tempo. Ou seja, o contrato de licença permite que o usuário teste o software antes de pagar por ele. As condições para este teste podem variar de contrato para contrato. Os programas shareware também podem eximir o usuário do pagamento em uso doméstico, uso educacional, uso sem fins lucrativos, etc. Vale lembrar que o preço de produtos desta natureza costumam ser bem mais baratos que os comerciais tradicionais.

3) Domínio público

Diz-se que o bem imaterial está em domínio público quando não mais goza da proteção conferida por lei, seja por decurso do tempo (no caso dos softwares, 50 anos após 1º de janeiro do ano seguinte ao da publicação/disponibilização do software), seja pelo abandono voluntário do autor. Em ambos os casos, o software poderá ser utilizado e modificado sem nenhuma restrição.

Deve ficar claro que nem o software livre nem tampouco o software gratuito são sinônimos de obras de domínio público, pois que a existência dos direitos autorais associados ao software é um de seus fatores essenciais. Algumas vezes, o termo 'domínio público' é usado erroneamente querendo expressar 'livre' ou 'disponível gratuitamente'. No entanto, 'domínio público' é o termo legal que significa livre para exploração.

Software gratuito e licenças

De acordo com a Lei 9.609/98, a proteção conferida ao software é a mesma designada às obras literárias, protegidas por direitos autorais. Por isso mesmo, o titular do direito autoral tem total controle sobre a exploração e a distribuição da obra e este controle é usado de uma maneira muito particular no que diz respeito ao software gratuito.

Um aspecto importante se dá quando o software é, além de gratuito, livre, já que, muitas vezes, seu titular permite que os usuários tenham acesso ao bem gratuitamente e que façam modificações até mesmo no código fonte do programa e isso sem

qualquer restrição. Nestes casos, a licença de uso versará apenas sobre titularidade e redistribuição do software onde, ocasionalmente, deverá constar uma cláusula que obriga cópias redistribuídas a manterem um aviso de direitos autorais.

Das situações descritas acima, podemos perceber que o titular do direito autoral sobre o software se verá restringido em três tipos de direitos: aqueles de ordem moral, uma vez que possibilita aos usuários fazerem modificações no programa; os de ordem patrimonial, pois que a oferta do bem se dá de forma não onerosa e, por fim, das responsabilidades dispostas no Código de Defesa do Consumidor.

Em um primeiro momento, a relação de consumo se configura pelos sujeitos de direito envolvidos (consumidor e fornecedor), bem como o seu objeto (produto, serviços). Dispõe o CDC, em seu art. 2º, caput, que "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". Uma vez que o uso e a disponibilidade do software se dá de forma gratuita, devemos nos ater no disposto no artigo 3º da lei 8.078/90:

"Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."

Ora, se o software é oferecido de forma gratuita, em uma interpretação literal do artigo 3º da citada lei, compreendemos que, inexistindo remuneração, não há que se falar em compra e venda, e, consequentemente, em relação de consumo. Confirmam este entendimento estudiosos como Eduardo Gabriel Saad, que nos ensina que "há quem preste, gratuitamente, um serviço a outrem. Desnecessário frisar que, neste caso, não há relação de consumo sujeita a este Código".

Sob a ótica da jurista Maria Helena Diniz, "existem contratos que são tidos como benéficos ou gratuitos e que oneram somente uma das partes, proporcionando à outra uma vantagem, sem qualquer contraprestação". Realmente, o usuário do software gratuito não remunera seu titular nem de forma direta, nem de forma indireta, como ocorre nos serviços de Internet gratuita, onde o provedor ganha com a publicidade massiva.

> "É importante que na licença conste, de forma inequívoca, o prazo de validade técnica do bem imaterial"

Ultrapassadas estas questões, restam, ainda, dúvidas quanto à obrigatoriedade do oferecimento de suporte técnico por parte do fornecedor/licenciante de software gratuito, no que concerne à responsabilidade dos fornecedores de produtos ou serviços.

Visto que a relação entre o fornecedor/licenciante e o usuário de produto gratuito escapa do disposto no Código de Defesa do Consumidor, passamos a revisar o que diz a Lei 9.610/98 (Lei de Programas de Computador). O art. 7º e 8º da Lei 9.609/98 assim dispõe:

"Art. 7º O contrato de licença de uso de programa de computador, o documento fiscal correspondente, os suportes físicos do programa ou as respectivas embalagens deverão consignar, de forma facilmente legível pelo usuário, o prazo de validade técnica da versão comercializada.

Art. 8º Aquele que comercializar programa de computador, quer seja titular dos direitos do programa, quer seja titular dos direitos de comercialização, fica obrigado, no território nacional, durante o prazo de validade técnica da respectiva versão, a assegurar aos respectivos usuários a prestação de serviços técnicos complementares relativos ao adequado funcionamento do programa, consideradas as suas especificações.

Parágrafo único. A obrigação persistirá no caso de retirada de circulação comercial do programa de computador durante o prazo de validade, salvo justa indenização de eventuais prejuízos causados a terceiros."

Neste caso, o legislador não acertou ao dispor sobre o prazo de validade dos programas de computador. A lei fala em prazo de validade técnica da versão comercializada, mas como se mensurar o prazo de validade técnica se o que é avanço tecnológico hoje, pode estar totalmente obsoleto amanhã? Assim, o prazo de validade como atualmente se apresenta na nossa lei deixa o usuário totalmente desprotegido.

Uma vez que os fabricantes e fornecedores de software não podem estar atrelados ao produto por toda a vida, nossa melhor recomendação no que respeita ao software gratuito é a existência, imprescindível, de um contrato de licença que deverá contar com o aceite do usuário/licenciado.

Também é importante que nesta licença conste, de forma inequívoca, o prazo de validade técnica do bem imaterial, pois é com base nesta informação que o fornecedor ou fabricante do software gratuito estará comprometido a oferecer suporte técnico ao usuário, desde que o programa de computador não tenha sido alterado, modificado ou violado.

Contrato de licença

O mercado de consumo de software encontra-se cada vez mais aberto e desenvolvido. Mesmo que a distribuição de um software se dê de forma gratuita, o que, por si só, exclui o fornecedor e/ou fabricante das obrigações dispostas no Código de Defesa do Consumidor, o equivalente não ocorre com as normas da Lei 9.609/98.

Esta última não exclui o fornecedor/fabricante da obrigação de fornecer suporte técnico aos usuários dentro do prazo de validade do software e nada menciona sobre o fato do produto ter sido adquirido de forma gratuita ou onerosa. Assim, entendemos que esta norma se destina a todos de forma ampla, sem excluentes.

Por derradeiro, as partes deverão celebrar o devido contrato de licença de software, onde deverão constar as questões relativas à titularidade, aos limites de uso do produto, seu prazo de validade técnica, sendo esta a condição sine qua non para que aqueles envolvidos na oferta deste tipo de software não fiquem expostos aos mais diversos tipos de controvérsias jurídicas.

Danielly Coutho e Natalia Paim são advogadas da Clarke, Modet & Cº (consultoria especializada em interesses de Propriedade Intelectual e Industrial) www.clarkemodet.com.br

E-mail inteligente - acabe com as mensagens indesejadas

Foto: Alex Salim

Por Nivaldo Cleto

Enquanto nossos legisladores ainda não criam regras severas para a punição da chuva de mensagens SPAMs que trafegam pela web e enchem nossas caixas postais diariamente (sem contar as pragas virtuais que prejudicam a nossa produção infectando nossa base de dados), temos que nos defender dessa 'guerra digital' com modernas ferramentas de gerenciamento de e-mail existentes no mercado.

Para nossa sorte, encontrei no mês de julho, na sala de espera do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o ilustre pioneiro brasileiro da Internet e BBS no Brasil, Aleksandar Mandic, meu primeiro provedor de BBS (Buletin Board System), em 1992, e de Internet, em 1994. Tivemos uma longa conversa sobre a história da BBS e da Internet no Brasil e lhe fiz menção sobre os problemas enfrentados pelos usuários da web devido aos SPAMs e vírus. Por sua vez, Mandic informou que já havia criado uma solução com o nome de 'mandic:mail'. Logo, ele se prontificou, naquele instante, a instalar o aplicativo em meu laptop. Foi 'vapt vupt'. Em 60 segundos, já estava instalado e liberado o acesso.

Foto: Arquivo pessoal

Nivaldo Cleto, à dir., com Aleksandar Mandic, um dos pioneiros da Internet no Brasil

A princípio fiquei meio ressabiado, pois ele prometia que eu nunca mais iria receber SPAMs, pois, sendo seu serviço inteligente, o próprio usuário o ensinaria o que era e o que não era SPAM. Hoje, após 60 dias de utilização dessa ferramenta, descreverei as principais vantagens (até agora não constatei nenhuma desvantagem sequer) da utilização desse serviço inovador:

@ O 'mandic:mail' funciona na web em sincronia com o Outlook Express e similares, sendo que suas mensagens ficam armazenadas no provedor, sem limite de espaço, durante um ano. Isso significa que você pode perder sua base de dados que, na próxima sincronização com o provedor 'mandic:mail', um espelho do seu antigo arquivo, atualizado até o último acesso, automaticamente restaura todas as mensagens no seu PC. Incrível, eu já testei. Aprovado.

@ Todas as contas de e-mail alternativas e adicionais que possuímos poderão ser configuradas na central de e-mail do 'mandic:mail'. Com isso, passamos a não ter mais o trabalho de entrar via web mail para acessar as contas do Hotmail, IG, Yahoo, etc. ... O programa faz isso automaticamente, buscando todas as mensagens nos diversos provedores que você determinou anteriormente.

Deixo claro que esse procedimento de acumular várias contas em apenas um programa de e-mail já era possível em certos gerenciadores de e-mail, só que a principal vantagem é uma varredura atualizada em tempo real contra vírus nos provedores. O serviço é muito vantajoso à medida que, muitas vezes, esquecemos de clicar no botão de atualização de antivírus dos nossos PCs.

@ Antispam inteligente - você ensina o sistema, durante um curto período de tempo, o que ele deve considerar SPAM. Após alguns dias, essas mensagens ou são eliminadas diretamente pelo provedor ou são colocadas no 'Lixo Eletrônico', com o qual não devemos nos preocupar em ler diariamente. Basta uma olhada uma vez por semana para ver se aquele seu amigo 'mala' que não para de mandar bobagens foi taxado pelo robô como Spammer. Nesse caso, você arrasta a mensagem dele para a pasta 'Não é Spam', ensinando o sistema à não colocá-lo na quarentena.

@ É possível determinar quais os emails que terão passe livre, isto é, nunca serão tratados como Spams ou Lixo Eletrônico.

@ Outra grande vantagem é a de possibilitar a edição de novas mensagens no webmail, como se nós estivéssemos utilizando o Outlook, isto é, formatação de fontes, pano de fundo e mais tudo que um bom editor de textos permite utilizar. Essa versão é chamada NEO e está em fase de testes.

@ Ao se cadastrar no sistema, é assinado um termo de responsabilidade no qual o provedor está proibido de comercializar sua conta de e-mail e seus dados cadastrais.

Outros benefícios, vocês podem pesquisar no endereço www.mandic.com.br. O custo mensal para administrar a sua conta de e-mail, sem acesso à linha discada, é de R$ 8,39 por mês. Para o profissional que não quer mais perder tempo limpando a caixa postal das mensagens indesejadas, vale a pena testar esse serviço, pois os e-mails grátis existentes, até mesmo os pagos, como os do Uol e do Terra, nos obrigam a engolir propagandas, banners e muitos informativos que não interessam para as nossas atividades.

Nosso colega Aleksandar Mandic nos prometeu que faria, em breve, uma condição especial para o público do Sistema Fenacon testar esse serviço por um mês gratuitamente. Quero agradecer a grande autoridade em Internet do Brasil por nos proporcionar mais esse serviço inovador. Pude confirmar que ele é realmente a Internet em pessoa. Parabéns Mandic!

Nivaldo Cleto é diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon
ncleto@mandic.com.br

Pantanal recebe Assembléia do Conselho de Representantes da Fenacon

Fotos: Arquivo Fenacon

Paisagem da Estância Ecológica Sesc Pantanal, em Poconé/MT, escolhida pela diretoria da Fenacon como sede da segunda Assembléia do Conselho de Representantes do ano

Presidentes de sindicatos filiados, diretoria da Fenacon e convidados participaram da Assembléia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes da federação, no dia 21 de agosto, na Estância Ecológica Sesc Pantanal, em Poconé/MT. Um dos itens deliberados foi a alteração estatutária para a prorrogação do mandato da atual diretoria da entidade até 30 de junho de 2004, sincronizando o período com a gestão da Confederação Nacional do Comércio - CNC.

Na assembléia, também foi autorizada a alienação do imóvel da antiga sede da Fenacon, em São Paulo, e prospecção e aquisição de sede própria em Brasília - DF. No dia 22, aconteceu o II Seminário do Conselho de Representantes. A abertura ficou a cargo do presidente Pedro Coelho Neto. No evento, houve exposições sobre o uso da ferramenta de Gestão Sindical - Sistema TCS - para presidentes e diretores Financeiros do Sistema Fenacon, e sobre 'Tendências da Reforma Trabalhista', seguida de debate acerca do 'Futuro do Sindicalismo Patronal - fim da Contribuição Sindical - busca de alternativas'.

Presidentes de sindicatos filiados, diretoria da Fenacon e convidados participaram da Assembléia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes da federação

O seminário terminou com a apresentação de 'Experiências de Sucesso' por parte dos sindicatos do Distrito Federal, Paraná, Grande Florianópolis, Bahia e Goiás. Os moderadores foram os vice-presidentes, Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta (Regiões Centro-Oeste/Norte), Mário Elmir Berti (Região Sul) e José Geraldo Lins de Queirós (Região Nordeste).

Os temas das exposições foram: 'Águia - Programa de Crescimento Pessoal e Excelência no Trabalho', 'CICOP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia', 'Coquetel de Idéias', e 'Solução em Comunicação Visual'. No dia 20, aconteceu, ainda, mais uma reunião de diretoria da Fenacon.

Senac Nacional

Na assembléia, também foram escolhidos os representantes da Fenacon junto ao Senac Nacional. Assumirá a condição de conselheiro para um mandato de dois anos, José Geraldo Lins de Queirós, atual vice-presidente da federação para a Região Nordeste, tendo como suplente, José Augusto de Carvalho, presidente do Sescon-RJ.

Senac

Serviços em alta

Reciclagem e integração empresarial atraem participantes à 10ª Conescap

Vista da Praia Mole, uma das 100 que emolduram a ilha de Florianópolis

"É um marco importante para as empresas de serviços representadas pela Fenacon". Dessa forma, o vice-presidente da Federação para a Região Sul, Mário Elmir Berti, define a 10ª edição da Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - 10ª Conescap, que acontece de 15 a 17 de outubro, no Centro de Convenções de Florianópolis, em Santa Catarina.

Foto: arquivo Fenacon

Mário Elmir Berti, vice-presidente da Fenacon para a Região Sul: "É indiscutível a importância do setor de serviços para a economia brasileira, porque é ele que gera mais empregos e aquece o mercado"

Assim como Berti, a opinião de organizadores e participantes é unânime ao declarar a importância do evento para a reciclagem profissional e a integração dos dirigentes de um abrangente leque de empresas das áreas de contabilidade, assessoramento, perícias, informações e pesquisas.

"É indiscutível a importância do setor de serviços para a economia brasileira, porque é ele que gera mais empregos e aquece o mercado", defende o vice-presidente da Fenacon. Berti está otimista com a mobilização dos sindicatos filiados no sentido de levar o maior número de convencionais e diz que "tem até estudantes querendo fazer inscrição, mesmo sem ser o público-alvo da Conescap".

Informações sobre a convenção podem ser obtidas pelo e-mail masterprom @masterprom.com ou através do telefone (48) 348-4500. A Comissão Organizadora do Evento também disponibiliza informações e ficha de inscrição, com preenchimento e envio on-line, no site www.conescap.com.br. Abaixo, publicamos o resumo da palestra 'Toque de despertar', do conferencista Paulo Stavitzki.

Informações: (48) 348-4500 • masterprom@masterprom.com

Programação da 10ª Conescap

DIA 15/10/2003 - QUARTA-FEIRA
19hs - Abertura oficial da 10ª Conescap
20h30 - Apresentação artística
21hs - Inauguração da exposição e coquetel de boas vindas

DIA 16/10/2003 - QUINTA-FEIRA
9 às 10hs - 'Os movimentos da mudança' - Dulce Magalhães
10 às 10h30 - Intervalo
10h30 às 12hs - 'Como planejar e organizar serviços altamente lucrativos' - Walter Lerner
12 às 12h30 - Espaço para os patrocinadores
12h30 às 14hs - Almoço livre
14h15 às 15h45 - 'Toque de despertar' - Paulo Stavitzki
15h45 às 16h15 - Intervalo
16h15 às 17h45 - 'A semente da vitória' - Nuno Cobra
20h30 - Jantar de confraternização dançante

DIA 17/10/2003 - SEXTA-FEIRA
10 às 11h30 - 'Reinventando você!' - Carlos Alberto Júlio
11h30 às 12hs - Espaço para patrocinadores
12 às 14hs - Almoço livre
14h15 às 15h45 - 'Competência, o pressuposto da competitividade' - Eugênio Mussak
15h45 às 16h15 - Intervalo
16h15 às 17h45 - 'Jazz com humor' - Torres Jazz Band
18h15 às 19hs - Encerramento oficial da 10ª Conescap

"Os problemas nada mais são do que oportunidades disfarçadas"

'Toque de despertar'

Paulo Stavitzki

"Os problemas começam nos primeiros dias de vida. Febre, dor de garganta, sarampo, caxumba, relacionamento na escola, primeiro beijo, adolescência, hormônios, más companhias, broncas, provas, pais caretas, primeiro emprego etc. Quem diz que não tem problema, pode se considerar com problema, porque não ter problema é um grande problema porque todos nós precisamos dele. Os problemas nunca acabam, mas, depois de uma certa idade, o que realmente importa é a forma de encará-los.

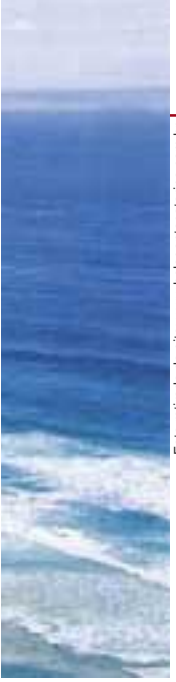


Foto retirada do site: www.belasantacatarina.com.br

Medo, pânico, desânimo, autopiedade e conformismo.

Os problemas nada mais são do que oportunidades disfarçadas! Não deixe o tempo passar, como água entre os dedos das mãos, lamentando-se aos amigos e, principalmente, à sua consciência de que a vida foi ingrata. Desperte! Acorde! Saia desse sono profundo, ou melhor, desse pesadelo! Deus quer que você seja um vencedor e, por esse motivo, deu-lhe o livre-arbítrio. Ele está a seu lado esperando sua reação, sua decisão.

As condições ideais vão aparecer com certeza, em muitos momentos de sua vida, mas não esqueça: disfarçadas em forma de problema, suplicando de braços abertos para você sair da zona de conforto, dessa situação constrangedora, agradável e desagradável, aceita e rejeitada ao mesmo tempo, que limita os objetivos, que oprimem os sentimentos, que impedem a ação. Acorde! Tome posse daquilo que é seu".

Esse alerta fará parte da palestra 'Toque de despertar', que fecha o primeiro dia de evento. O palestrante, Paulo Stavitzki, é diretor da Evolução Treinamento Empresarial, instrutor na área comportamental, marketing, vendas e atendimento ao cliente. Também é apresentador dos vídeos empresariais: 'É hora de motivação' e 'É hora de surpreender o cliente'.

18ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo

Com o tema central 'Brasil 2003: contabilidade e compromisso Social', acontece, de 17 a 19 de setembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, na capital paulista, a 18ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Para esta edição, a estimativa da comissão organizadora é de que o número de inscritos seja superior a 4 mil e o de visitantes à Feira de Negócios, onde serão apresentadas as últimas novidades em produtos e serviços para profissionais da classe contábil, ultrapasse os 2 mil.

Entre os temas abordados, estão: 'Novos negócios: como transformar seu DP em RH', 'Mudanças no perfil do contabilista - os novos requisitos essenciais ao sucesso profissional e empresarial', 'Empreendedorismo e desenvolvimento econômico', 'Como reduzir os custos de sua empresa sem dor - uma experiência que o Brasil exportou para os EUA', e 'Gestão vitoriosa de empresas de serviços contábeis'. O evento é uma realização do CRC/SP, conta com o apoio do CFC e da Fenacon e tem entre os organizadores, o Sescon/SP e a Aescon/SP. Inf.: 11 3824-5400, convecon@convecon.com.br ou www.convecon.com.br.

III Congresso Internacional de Arbitragem Comercial

Pouco a pouco a arbitragem se consagra como mecanismo eficaz para a solução de controvérsias, tornando-se uma ferramenta indispensável para as empresas e seus negócios. Decorridos seis anos da revitalização deste instrumento, no Brasil, acontece o 'III Congresso Internacional de Arbitragem Comercial', de 8 a 10 de outubro, no Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro - RJ.

O evento, que reunirá alguns dos mais importantes nomes da academia e da prática da arbitragem no Brasil e no exterior, se destina ao público de advogados, especialistas e autoridades relacionadas com a arbitragem e aos empresários e administradores de empresas que busquem uma forma mais segura, rápida e econômica de solução de conflitos.

O congresso é uma realização da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem, da Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil e do Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr. Informações e inscrições: www.oficinadoevento.com.br/rio.

DP Comp

Santa Catarina

Qualidade catarinense em expansão

Um total de 11 empresas da '1ª Turma do Selo Catarinense da Qualidade de Blumenau e Região' receberam a 2ª renovação da certificação, no dia 22 de julho. Foram elas: A.J.G. Contabilidade e Assessoria, Acon Administração Contábil, Continental Assesoria Contábil e Dúnamis Contabilidade e Auditoria.

Foto: divulgação

Evento de lançamento da 2ª turma do Selo Catarinense da Qualidade teve a presença, esq. p/ a dir., do diretor de Eventos da Fenacon, José Rios; do vice-pres. para a Região Sul, Mário Berti; do pres. do Sescon/ Blumenau, Carlos Roberto Victorino, com a esposa, Lúcia Helena; do dir. do sindicato, José Itamiro Vargas; do dir. da Diretiva Consultoria, Geraldo Luiz Kalkmann, e do pres. do Sescon/SC, Vilson Wegener

Também, Escopo S.A. Contabilidade, Expansão Contabilidade e Assessoria, Fank Assessoria Contábil, Victon Consultoria Contábil e Empresarial, Contabilidade Socin, Escritório Contábil Malkowski e Magnus Assessoria e Informática. As avaliações são semestrais.

Em maio, o Sescon/Blumenau, a Fecontesc e a Diretiva Consultoria lançaram a '2ª Turma do Selo Catarinense da Qualidade de Blumenau e Região'. Mais 11 empresas associadas, de quatro cidades - Blumenau, Rio dos Cedros, Gaspar e Pomerode -, fazem parte desse grupo.

O 'Projeto Qualidade Necessária - Programa Comprometimento Total com o Cliente - PQN-CTC' vem sendo desenvolvido desde o ano de 2000, em todo o Estado, como o objetivo de orientar as organizações do setor na adoção de posturas criativas para a solução de problemas, execução de tarefas e atendimento ao cliente interno e externo.

Estiveram presentes ao lançamento, entre outras autoridades da área contábil, o vice-presidente da Fenacon para a Região Sul, Mário Elmir Berti, o diretor de Eventos da entidade, José Rosenvaldo Evangelista Rios, e os presidentes do Sescon/SC, Vilson Wegener, e do Sescon/ Blumenau, Carlos Roberto Victorino.

Ponta Grossa

Sescon/PG ganha sede própria

No dia 7 de agosto foi inaugurada a nova sede do Sescon de Ponta Grossa-PR. O evento foi acompanhado pelo vice-presidente da Fenacon para a Região Sul, Mário Elmir Berti, que comemorou a iniciativa do presidente do sindicato, Luiz Fernando Saffraider.

"A Fenacon sempre incentiva seus sindicatos filiados para que ampliem e modifiquem suas instalações, e conquistem uma sede própria. Com certeza é um passo muito grande para o Sescon de Ponta Grossa e que merece ser comemorado", disse. A nova sede do sindicato está localizada no centro de Ponta Grossa, em um prédio comercial.

O vice-presidente da Fenacon, Mário Elmir Berti, à esq., descerra a placa da solenidade de inauguração da sede própria do Sescon/Ponta Grossa, juntamente com o presidente do sindicato, Luiz Fernando Saffraider

Sescon/Ponta Grossa: Rua XV de novembro, 301 - 6º andar - salas 67 e 68 - Edifício Dr. Elyseu - Centro - CEP 84010.020 - Ponta Grossa - PR. Telefax: (42) 222-1096

Roraima

Novo presidente no Sescon/RR

O empresário contábil Vivaldo Barbosa de Araújo Filho é o novo presidente do Sescon/RR. Sua posse foi oficializada no dia 24 de julho, devido ao afastamento da então presidente, Maria de Fátima Bezerra da Silva, por problemas de saúde. Araújo Filho assume um sindicato, definido por ele mesmo, com forte atuação na setor, apesar de novo. "Nós só temos a agradecer a última presidente pela sua atuação determinada e objetiva que vinha fortalecendo muito a classe contábil de nosso Estado", diz.

Segundo Araújo Filho, o foco de suas atuações se concentrará na união da classe contábil. Como primeira medida, Araújo Filho está organizando a '3ª Jornada Contábil', em parceria com o CRC/RR e universidades locais. O encontro será realizado no Palácio da Cultura, localizado na capital Boa Vista. A grade de programação e os horários ainda estão sendo definidos. O atual presidente cumprirá o mandato até o final do ano, quando acontece a eleição estatutária que determinará a nova diretoria.

Bahia

Mudanças no Sescap/BA

Nova logomarca do Sescap/BA

Fazendo jus à representatividade do sindicato, assembléia convocada pelo Sescon/BA aprovou a mudança de estatuto, alterando o nome da entidade para Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - Sescap/BA.

Atendendo a um modelo proposto pela Fenacon, a assembléia também deliberou a alteração do período de mandato do sindicato, que passa a coincidir com os da federação e da CNC. O mandato, de três anos, da atual diretoria, que terminaria em dezembro, se estenderá até junho de 2004. As eleições serão em maio.

O Sescap/BA traz outras novidades, como a modernização do logotipo, e a instituição do 'cartão desconto', aos moldes do que já existe no Sescon/Grande Florianópolis. Com o documento, associados do sindicato, em dia com as mensalidades, passam a ter descontos de 5 a 10% em diversos estabelecimentos. O convênio inclui, por exemplo, lojas em geral, farmácias, postos de gasolina, óticas e clínicas dentárias.

Governador Germano Rigotto destaca trabalho da Fenacon em convenção de contabilistas no RS

'Novos conhecimentos, novos espaços'. Esse foi o tema central da 'IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul', que ocorreu de 13 a 15 de agosto, em Gramado. O diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Nivaldo Cleto, foi um dos palestrantes. Ele falou sobre 'A tecnologia da informação na prática do empresário da contabilidade'.

Também estiveram presentes ao evento, o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, o vice-presidente da entidade para a Região Sul, Mário Elmir Berti; e o diretor de Eventos, José Rosenvaldo Evangelista Rios. A sessão solene de abertura contou com a presença do governador Germano Rigotto, além de diversas autoridades oficiais e contábeis.

Durante o seu discurso, Rigotto quebrou o protocolo e fez uma deferência especial à Fenacon, na pessoa do presidente Pedro Coelho Neto, destacando a luta da entidade por um regime tributário justo no Brasil. O governador, quando deputado federal, foi um dos principais parceiros da federação, na busca constante pela modernização do sistema tributário nacional.

Ao final do Congresso, o presidente Pedro Coelho Neto mostrou o vídeo de divulgação da 10ª Conescap e convidou os gaúchos a participarem do evento, fazendo o sorteio de duas inscrições. A convenção foi organizada pelo CRC/RS e teve o apoio das entidades contábeis do Estado. Paralelamente ao evento, aconteceu o 'IV Fórum Nacional de Professores de Contabilidade' e o 'Encontro Estadual de Estudantes de Ciências Contábeis'.

Foto: arquivo Fenacon

Germano Rigotto, governador do Rio Grande do Sul

VII Seminário Internacional do Cilea

O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, integrou a mesa de abertura do 'VII Seminário Internacional do Cilea - Comitê de Integração Latino Europa América', que aconteceu de 24 a 26 de agosto, no Caesar Park Hotel, em Fortaleza-CE. O Comitê é formado por 14 países e tem sede na Itália. O evento teve a presença de aproximadamente 360 pessoas.

A solenidade também contou com a presença, entre outras autoridades, do governador Lúcio Alcântara, do secretário da Fazenda do Estado, José Maria Martins Mendes, do presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, além de representantes de vários países membros do Cilea e de presidentes de CRC's de todo o País.

A convite do CFC, o presidente Pedro Coelho Neto foi um dos palestrantes do seminário. Ele expôs, no dia 26, o painel 'Normas de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas'. O tema central do evento foi 'A Internacionalização das Pequenas e Médias Empresas e o Desafio dos Agentes Econômicos'.

Fórum

No dia 25, atendendo a convide da Fecomércio/CE, Coelho Neto participou, ainda, como convidado especial, da reunião do Pacto de Cooperação/Fórum do Comércio. Estavam presentes o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Francisco Régis Dias, além do subsecretário da Fazenda, de presidentes de Fecomércios, da CDL e de vários sindicatos e entidades. O grupo debateu sobre a Reforma Tributária e outros assuntos de interesse da área de comércio de bens e serviços, destacadamente, o ICMS. A reunião aconteceu no auditório do Sebrae.

Copan

Educação continuada

Por Paulo Angelim

Sabe quanto você aprenderá sobre algo que acha que já sabe? Nada! É isso mesmo. A partir do momento que você afirma para si mesmo ou para os outros "Eu já sei!" ou "Tenho certeza sobre isso!", você fecha sua mente para as possibilidades de aprender algo novo. E, se você acha que esse é um aspecto pouco relevante, saiba que quando paramos de aprender coisas novas, nos estagnamos em nosso desenvolvimento, paramos de crescer.

Eu imagino ou penso que parar de crescer não deve fazer parte de seu projeto pessoal, correto? Portanto, se quiser continuar crescendo como pessoa, e aí incluimos todas as dimensões de vida (espiritual, familiar, mental, física, social, profissional e financeira), trate de despertar a curiosidade que existe dentro de você para que, assim, busque aprender o novo. Exatamente como fazia quando era criança. Repare que é exatamente nesse período, quando somos crianças e extremamente curiosos, que mais desenvolvemos nossa capacidade e velocidade de aprendizado. E, consequentemente, é o período que mais rapidamente crescemos intelectualmente. Todo dia é um completo descortinar de novas descobertas.

A psicóloga americana Dorothy Briggs, em seu livro 'A auto-estima de seu filho', alerta que "...toda criança nasce curiosa. Mas, infelizmente, algumas crianças aprendem muito cedo a não aprender, em função das reações dos pais às suas descobertas". Lembra daquelas incontáveis vezes que vemos pais gritarem com seus filhos: "menino, deixa de fazer tanta pergunta"? Pois bem, é exatamente nesses momentos que o mecanismo de cerceamento da curiosidade se processa. E, muitos adultos, até hoje, ainda não conseguiram se libertar deste trauma. Ou seja, vivem contra sua própria natureza.

> "Eu preferiria ter uma mente aberta pela curiosidade, do que uma fechada pelas certezas"
>
> *Gerry Spence, autor*

Veja bem, nós viemos ao mundo e fomos formados por Deus com uma capacidade de aprendizagem que vai até o último instante de nossas existências, independentemente de idade. Ou seja, podemos estar em constante crescimento até o último suspiro, mesmo que estejamos com 80 ou 90 anos. Lógico que existem os casos patológicos de lesões nas funções mentais. Mas, enquanto sua mente estiver lúcida e pelo menos um dos sentidos ainda estiver funcionando, poderá aprender e crescer.

Só que, para que isso aconteça, você precisa ter dentro de si um questionamento. Precisa ter um "por quê?", um "como?", um "onde?" Se não houver uma pergunta latejando internamente, você não terá a curiosidade de buscar uma resposta. E é impossível suscitar questionamentos em um ambiente repleto de certezas. Ou seja, se estiver pensando: "para que novas respostas se eu já tenho as velhas certezas?", cuidado! Essa atitude pode significar sua morte, ainda que muito jovem.

Paradoxalmente, tenha certeza de uma coisa: certezas são leis e imutáveis. Na minha opinião, e isso, para mim, é uma certeza, as únicas leis imutáveis são as de Deus e as da natureza. Para as demais, fique certo de não estar certo sobre nenhuma delas.

Paulo Angelim é arquiteto, pós-graduado em marketing, palestrante especializado nas áreas de marketing, vendas e motivação
pauloangelim@uol.com.br

EBS

Institucional

Prosoft